

MALTA

REPÚBLICA DE MALTA

Chefe de Estado:	George Abela
Chefe de Governo:	Lawrence Gonzi
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	0,4 milhões
Esperança média de vida:	79,6 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos:	6,7 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	92,4 por cento

Migrantes e requerentes de asilo continuaram a ser detidos à chegada ao país, em violação das leis internacionais dos direitos humanos. Segundo as informações, as condições nos centros de detenção e nos centros de receção abertos deterioraram-se. A "Diretiva de Retorno" da UE foi transposta para a legislação nacional, mas o seu âmbito de aplicação foi limitado. As políticas relacionadas com migrantes, refugiados e requerentes de asilo foram criticadas por organismos internacionais.

Migrantes, refugiados e requerentes de asilo

Detenção

Durante o ano de 2011, mais de 1500 pessoas chegaram a Malta por via marítima provenientes do Médio Oriente ou Norte de África, num regresso aos números registados em 2009. A detenção em centros de imigração continuou a ser obrigatória para todos aqueles considerados pelas autoridades como "migrantes proibidos", e era frequentemente prolongada até aos 18 meses. Segundo as informações, as condições nos centros de detenção e nos centros de receção abertos pioraram devido ao número de novas chegadas, agravando o impacto sobre a saúde mental e física dos detidos.

Em março, a "Diretiva de Retorno" da UE, de 2008, foi transposta para a legislação nacional. A Diretiva estipula padrões e procedimentos comuns para os estados-membros da UE sobre a detenção e deportação de pessoas que se encontram em situação ilegal no país. Contudo, a legislação nacional impedia as pessoas a quem foi recusada entrada no país – ou que entraram em Malta ilegalmente – de gozarem destas salvaguardas mínimas. A Diretiva não se aplicava, por isso, à grande maioria daqueles que visava proteger.

Procedimentos de recurso

Os procedimentos de recurso para contestar a duração e a legitimidade da detenção ou para contestar a rejeição de pedidos de asilo continuaram a não ser adequados.

■ Até ao final do ano, o governo não tinha tomado medidas para implementar o veredicto de 2010 do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no caso *Louled Massoud v. Malta*, que considerou que "o sistema judicial de Malta não prevê procedimentos capazes destinados a evitar o risco de deportação ou detenção arbitrária a aguardar deportação."

Em novembro, o Tribunal Constitucional considerou que as autoridades tinham violado os direitos humanos de dois somalis que tinham sido deportados à força em 2004 para a Líbia, onde foram torturados e submetidos a julgamentos injustos. Enquanto estiveram em Malta, foi negada aos dois homens a oportunidade de pedir asilo ou de terem a ajuda de um intérprete. Foi-lhes atribuída uma compensação.

Escrutínio internacional

Em junho, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa considerou que a orientação política de detenção obrigatória de migrantes e requerentes de asilo era "irreconciliável com os requerimentos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e com a jurisprudência do Tribunal de Estrasburgo". O Comissário criticou ainda as condições nos centros de receção de migrantes, principalmente no complexo do acampamento e hangar de Hal-Far e em Marsa, e o tratamento de pessoas pertencentes a grupos vulneráveis. O Comissário sugeriu medidas para melhorar os processos de determinação do estatuto de refugiado, apelou à introdução de um programa de combate à exclusão social de migrantes e à criação de uma estratégia para promover a integração local e combater o racismo e a xenofobia.

Em setembro, o Comité para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) da ONU manifestou a sua preocupação relativamente às condições de vida e detenção de migrantes irregulares e ao seu acesso às salvaguardas legais disponíveis. Criticou ainda a continuada discriminação de migrantes, refugiados e requerentes de asilo no que diz respeito ao usufruto dos seus direitos económicos, sociais e culturais.

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

☞ Uma delegada da Amnistia Internacional visitou Malta em setembro e dezembro.